

Reajuste divide petistas

ANA MARIA CAMPOS

DA EQUIPE DO CORREIO

Aprovado em 2007 pela Câmara Legislativa, o plano de cargos e salários dos professores do Distrito Federal desperta controvérsias no PT, partido que tem o amplo controle da base sindical da categoria. A proposta que prevê reajuste de 19,98% para o magistério público foi criticada por petistas durante a negociação com o governo do Distrito Federal há dois anos e ainda é atacada por parlamentares da legenda. Por trás do embate, existe uma divergência nos termos do acordo fechado pelo Sindicato dos Professores (Sinpro-DF) com o governador José Roberto Arruda (DEM) e uma disputa pelo comando da entidade.

Parte das críticas provém de um grupo de sindicalistas ligado ao deputado distrital Paulo Tadeu (PT). O parlamentar votou contra o plano por entender que a vinculação do reajuste salarial dos professores ao percentual de crescimento do Fundo Constitucional do Distrito Federal poderia provocar questionamentos jurídicos. Foi o que aconteceu nesta semana. A vice-procuradora-geral de Justiça do DF, Maria Aparecida Donati, ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra o artigo 32 da Lei 4.075/2007, que estabelece a medida.

O Ministério Público do Distrito Federal entende que a vinculação salarial a qualquer índice representa uma afronta à Constituição. "Já tínhamos a avaliação jurídica de que esse dispositivo poderia ser questionado", afirma

José Varela/CB/D.A Press - 15/7/08



HOUVE UM ACORDO VERBAL COM O GOVERNADOR ARRUDA E ELE DEVERIA CUMPRIR INDEPENDENTEMENTE DE LEI

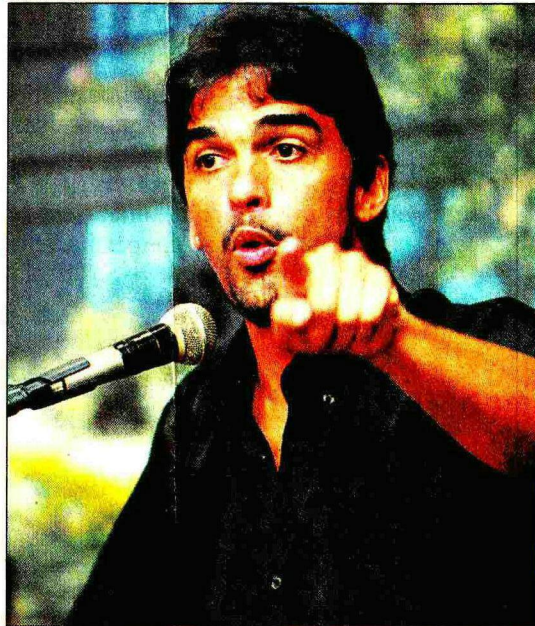
Geraldo Magela, deputado federal

Paulo Tadeu. O deputado distrital avalia que a redação do projeto acabou favorecendo o governo, que agora tem um discurso para rejeitar o reajuste nos contracheques dos professores.

Para petistas, a posição de Paulo Tadeu representa um embate interno no Sinpro. Apoiares do mandato do petista fazem oposição à atual direção do sindi-

cato, predominantemente integrada por representantes da corrente Articulação. O presidente do Sinpro, Antonio Lisboa, teve vários embates na base sindical durante a fase de negociação do plano e foi chamado de "arrudista" porque aceitou sentar e negociar com o governador Arruda, numa intermediação feita pelo presidente regional do PT, Chico Vigilante, e

Carlos Vieira/CB/D.A Press - 18/2/08



A MELHOR FORMA DE ESTABELEECER ESSE AUMENTO É POR MEIO DE PROJETO DE LEI ESPECÍFICO

Paulo Tadeu, deputado distrital

trabalhou para evitar uma greve que teria consequências para os alunos da rede pública.

Endossaram essas críticas representantes do PSTU, PSol e da esquerda do PT. "Houve um acordo fechado com o governador e ele tem a obrigação ética e legal de cumprir", rebate Lisboa. O Sinpro marcou um ato público no dia 11 de março. No dia sete de abril, haverá uma assembleia com indicativo de greve. A movimentação dos sindicalistas tem preocupado Arruda, que já avisou: num momento de crise financeira mundial não haverá reajuste de quase 20% para nenhuma categoria. Ele não pretende negociar e vai cortar o ponto dos grevistas.

O deputado Geraldo Magela (PT-DF) saiu em defesa de Lisboa. "Que me perdoe meu companheiro de partido (Paulo Tadeu), mas houve um acordo verbal com o governador Arruda e ele deveria cumprir independentemente de lei. É uma questão ética", analisa Magela. Procurador de Justiça licenciado, o deputado Chico Leite (PT) defende a constitucionalidade da lei. Ele externou a posição em ofício encaminhado nesta semana ao MP.